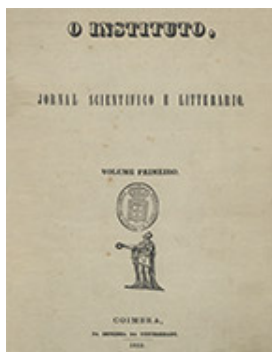


DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



O Instituto, Órgão do Instituto de Coimbra, Coimbra, 1852 – 1981

Serão extremamente escassos os periódicos portugueses que, unindo as configurações jornalísticas com as compleições 'literárias' e 'científicas', possam igualar em longevidade e magnitude os *pergaminhos* de uma publicação como *O Instituto, Jornal Científico e Literário* (1852-1981). Remontando aos primeiros momentos da Regeneração e influenciado pelo Romantismo, este órgão periódico distinguiu gerações de homens e mulheres de Letras e Ciências ligados, de algum modo, à Universidade de Coimbra, sendo um excelente *barómetro* das sinergias científicas e académicas conimbricenses até aos inícios da década de 1980. Aliás, é virtualmente impossível separar *O Instituto* do âmago da Universidade de Coimbra, à qual esteve impreterivelmente associado em toda a sua continuidade.

A fundação deste periódico literário e científico resultou da vontade do Instituto de Coimbra (1849), sucessor da Academia Dramática, constituída por lentes e académicos da Universidade e outros estabelecimentos de ensino superior, entre membros da Academia Real das Ciências e do Conservatório Real de Lisboa. Constituído por 4 classes académicas – Declamação Teatral, Literatura, Música e Pintura –, os trabalhos literários e artísticos da Academia seriam relegados para o Instituto de Coimbra, transformado numa corporação independente com a aprovação dos seus *Estatutos* (1852). Tal sucedeu na presidência do principal promotor do Instituto de Coimbra, Adrião Pereira Forjaz de Sampaio (1810-1874), concomitantemente o primeiro director d'*O Instituto*, personalidade decisiva nesta primeira fase da sua existência editorial.

Foi notório o peso institucional da Academia Real das Ciências de Lisboa desde a primeira hora. A concepção e evolução das iniciativas do Instituto de Coimbra obedeceram aos princípios expressos nos Estatutos de Janeiro de 1852, continuamente reformados ao longo dos séculos XIX-XX (1860, 1882, 1922, 1938), embora conservassem a sua matriz primordial. Permanece por fazer um trabalho de profundidade sobre as classes, as respectivas secções e o tipo de sócios, destacando-se, neste campo particular, as individualidades relacionadas com os estudos históricos.

Justifica-se, igualmente, a consulta das listas de sócios do Instituto, em diferentes momentos da sua vida institucional, de modo a distinguir dos historiadores mais significativos. A título de exemplo, contam-se entre



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

os primeiros sócios honorários, o conde Atanasy Raczyński (1788-1874), D. Manuel Francisco de Leitão e Carvalhosa (1791-1856), o 2.º Visconde de Santarém, Almeida Garrett (1799-1854), Heinrich Schäfer (1794-1869), Ferdinand Denis (1798-1890), Cesare Cantù (1804-1895), Alexandre Herculano (1810-1877), Luís Augusto Rebelo da Silva (1822-1871), entre outras individualidades destacadas da cultura histórica portuguesa e internacional, evidenciando o interesse conferido à História. Num outro prisma, recordamos que o Instituto apoiou a criação de uma Secção de Arqueologia, no âmbito da Classe de Literatura, Belas Letras e Artes, mantendo uma colecção museológica, a qual integraria o acervo do futuro Museu Machado de Castro (1873-1874).

O primeiro número d'*O Instituto* seria publicado a 15 de Março de 1852, não registando lacunas editoriais expressivas até ao seu completo estíolar em 1981, pelo que é lembrado como um dos periódicos científico-literários mais duradouros no nosso panorama cultural. As suas tiragens oscilaram entre os 750-900 exemplares, os quais podiam ser adquiridos avulso, mas preferencialmente por assinatura, a um preço inicial de 300 réis. Com uma periodicidade primeiramente quinzenal, rapidamente se estabeleceria uma edição mensal, sendo sempre impresso em Coimbra, a expensas da Imprensa da Universidade. Aliás, entre tantos obstáculos, refira-se que o encerramento compulsivo da mesma Imprensa da Universidade (1934) ocasionou constrangimentos sérios à sua continuidade, sendo a sua publicação assegurada por outros editores, entre os quais a Coimbra Editora. Adoptando originalmente o modelo gráfico de um “jornal” (formato in-oito grande), embora seja assunto algo indefinido, iria evoluir gradualmente para um formato mais adaptado às matrizes de uma revista, pelo que, após a aprovação do *Regulamento do Jornal do Instituto de Coimbra* (1861), apresentava-se graficamente a uma ou duas colunas de texto, ornado sobriamente com gravuras e fotografias.

De entre o seu vastíssimo conteúdo, incluíam-se os boletins do Instituto de Coimbra (extractos de actas e deliberações da Assembleia Geral, da Direcção e das Classes, etc.), mas, fundamentalmente, os artigos especializados em Ciências, Artes e Literatura da lavra dos sócios e colaboradores externos nacionais e estrangeiros. Evidentemente, o alcance d'*O Instituto* pretendia atingir os meios universitários e científicos como público-alvo preferenciais, mas considerava-se um veículo de divulgação e intercâmbio de conhecimentos *inter pares*, uma ferramenta ao serviço dos debates literário-científicos em voga. Evitaria, quanto possível, contendas e polémicas, embora sem omitir o interesse pelas causas sociais e os problemas políticos conjunturais, declarando-se «estranho à política».

Desde o princípio, o Instituto de Coimbra empreendeu diligências em prol da divulgação cultural e científica, procurando fomentar a criação de uma opinião pública mais elucidada e conexas com um modelo liberal de cidadania. Aliás, nesse sentido, promoveu os chamados “Cursos de Leitura”, ciclos de lições e cursos livres no âmbito de cada classe do Instituto, acompanhadas de debates, destinados a um público diversificado, além do restrito meio universitário.



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Apresentou-se aos leitores defendendo a sua convicção na instrução popular ao evocar as glórias do progresso da Ciência e da Literatura, tão *sui generis* em todo o século XIX, ilustrando, em termos programáticos, essa orientação genérica: “As felizes tendências do século não toleram que a ciência se cubra com os véus do mistério. Se Deus permite ao sábio descobrir as leis da natureza, físicas, morais e sociais não é para fomentar seu orgulho, mas por interesse da Humanidade. A aristocracia da ciência não é tolerável, senão quando se exerce no bem público e na geral ilustração. Hoje, o homem que não pode seguir os cursos públicos, aquele que se vê forçado a votar toda a existência às fadigas corporais, o humilde artífice, o laborioso operário, também querem saber. E a razão, a experiência, o estado social, a natureza das instituições e dos governos e as urgentes necessidades gerais da esfera política, justificam este desejo: mais ainda, ordenam imperiosamente que se satisfaça. Ao jornal científico e literário cabe uma parte, e não pequena, desta nobre missão. Por ele se comunicam em linguagem fácil, despidas do aparato das escolas, as noções fundamentais de todas as ciências aos que não podem profundamente cultivá-las” (Adrião P. Forjaz, «Introdução», *O Instituto*, n.º 1, 15 Março 1852, p. 2).

Refira-se que *O Instituto* foi um repositório de informações alusivas à Universidade de Coimbra, um ‘perfeito reflexo’ das suas dinâmicas, onde se podem encontrar notas sobre os currículos escolares e disciplinares, os dados biográficos e profissionais de alunos e docentes, os prémios e as distinções académicas, sem esquecer as reformas sempre necessárias. Progressivamente, este periódico transformou-se no principal órgão da difusão científica na Universidade, sendo uma fonte informativa insubstituível para a historiografia universitária portuguesa e europeia. Consequentemente, o vastíssimo manancial de artigos e trabalhos científicos publicados n’*O Instituto* reportou-se à história e ao quotidiano da Universidade, das suas Faculdades e estabelecimentos anexos, entre estudos histórico-arqueológicos acerca de Coimbra e os seus arredores ao longo dos séculos, provavelmente a tendência historiográfica mais perceptível, ainda que abarcasse quase todos os domínios literários e científicos. Foram diversíssimos os assuntos historiográficos publicados, sendo de patentear a inclusão persistente de historiadores nos seus corpos redactoriais, pelo menos desde a 4.ª série, iniciada em 1925, tendência mantida até ao seu encerramento.

O Instituto dispôs de uma rede de distribuição que garantia a entrega das edições noutros pontos do País, assim como nas províncias ultramarinas, apenas com alguns dias ou semanas de atraso. Basta uma breve leitura sobre a relação de colaboradores deste periódico para nos apercebermos da escala nacional e internacional que alcançou, propiciando, deste modo, uma reciprocidade científica entre a Universidade e toda uma rede de contactos intentada pelo Instituto de Coimbra: “A génese do Instituto de Coimbra é indissociável do ambiente coimbrão e da vida da Universidade. Assim sendo, o Instituto não criou laboratórios, gabinetes ou observatórios porque os houve na Universidade desde a reforma pombalina de 1772; os sócios do Instituto, em grande parte ligados à Universidade, particularmente os dos seus cargos



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

directivos, precisavam sim de um ponto de comunicação e divulgação das experiências levadas a cabo nas dependências universitárias. [...] Mesmo nos momentos em que o Instituto privilegiou as relações com entidades estrangeiras, não deixou de o fazer de forma a que beneficiassem ambos, Instituto e Universidade, dessas relações. O papel que o Instituto de Coimbra desempenhou no desenvolvimento da ciência em Portugal tem que ser, portanto, perspectivado nesta relação com a Universidade. No entanto, o Instituto, por si mesmo, adquiriu elevado prestígio que ultrapassou as fronteiras regionais e nacionais” (Licínia R. Ferreira, «O papel das academias no desenvolvimento da ciência em Portugal...», 2011, pp. 1285-1286).

Em todos os volumes de *O Instituto* existiu uma solicitação permanente à intervenção da comunidade académica coimbrã, além de procurar dilatar a sua divulgação além-fronteiras. Maioritariamente redigido em português, mas acolhendo trabalhos noutros idiomas, focalizou quase todos os campos do Saber, desde a Antropologia à Zoologia, atravessando a Botânica até à Geometria. Cultivou a História e a Arqueologia, muito além da panorâmica estrita da História de Portugal, tratando a História Universal em toda a sua plenitude.

Preocupou-se com as questões do ensino e da instrução públicas, como já declarado, e dedicou um vigoroso incentivo ao estudo da Filologia, da Poesia, da Linguística e da Literatura portuguesa e europeia. De entre os espaços do Direito, da Sociologia, da Filosofia ou da Religião, perscrutou ainda a Astronomia e a Matemática e noticiou os principais avanços na Medicina, num rol quase infindável de assuntos, acontecimentos e matérias retratadas. Embora não fosse *saudosista*, dado que foi *progressista* na sua essência, *O Instituto* não encarou o passado histórico com nostalgia, mas com exemplificações oriundas da nossa História. Não se tratava, contudo, de um *memorial* de feitos esquecidos, antes reocupado em reescrever a História de acordo com métodos historiográficos científicos.

Os interesses historiográficos difundidos pel’*O Instituto* encontram-se na acuidade deferida à celebração de efemérides e personagens marcantes da História da Cultura portuguesa, patente nos números comemorativos alusivos ao centenário da morte do Marquês de Pombal (vol. XXIV, 1877); o 4.º centenário da descoberta do *Novo Mundo* por Cristóvão Colombo (vol. XL, 1892); o 5.º centenário do nascimento do infante D. Henrique (vol. XLI, 1894); o 4.º centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia (vol. XLV, 1898); o 1.º centenário do nascimento de Almeida Garrett (vol. XLVI, 1899); o 4.º centenário da viagem de Fernão de Magalhães (vol. LXVIII, 1921); o 4.º centenário da instalação definitiva da Universidade em Coimbra (vol. XCII, 1937); o 3.º centenário da Restauração (vol. XCVI, 1940); o 1.º centenário da fundação do Instituto de Coimbra (vol. CXV, comemorado em 1953); o 5.º centenário da morte do infante D. Henrique (vol. CXXIII, 1961), entre outras comemorações.

Em relação à *escrita* e aos domínios da História, refira-se a multiplicidade, evolução e alcance da componente historiográfica d’*O Instituto* ao longo da sua duração, contando com individualidades como



DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Augusto Filipe Simões (1835-1884), Francisco de Sousa Viterbo (1845-1910), Augusto Mendes Simões de Castro (1845-1932), João Correia Ayres de Campos (1847-1920), Eduardo Joaquim Brazão (1851-1925), João Lúcio de Azevedo (1855-1933), José Maria de Queiroz Veloso (1860-1952), António Baião (1878-1961), Francisco Manuel Alves (1865-1947), o Abade de Baçal, Vergílio Correia (1888-1944), Paulo Merêa (1889-1977), Armando Cortesão (1891-1977), Joaquim de Carvalho (1892-1958), Artur de Magalhães Basto (1894-1960), Manuel Lopes de Almeida (1900-1980), Torquato Brochado de Sousa Soares (1903-1988), Virgínia Rau (1907-1973), Joaquim Veríssimo Serrão (1925-), etc., etc. No mesmo sentido, recordamos os contributos valiosíssimos de historiadores estrangeiros como Edgar Prestage (1869-1951), Marcel Bataillon (1895-1977) e Yves Renouard (1908-1965), entre tantos outros historiógrafos. Mencionamos ainda a publicação de documentos inéditos e fontes históricas indispensáveis ao exercício historiográfico pelo *O Instituto*.

No campo da crítica literária, dos estudos linguísticos e das exposições artísticas refiram-se as participações de Antero de Quental (1842-1891), Teófilo Braga (1843-1924), Abílio Guerra Junqueiro (1850-1923), Carolina Michaëlis (1851-1925), Eugénio de Castro (1869-1944), Fidelino de Figueiredo (1889-1967) ou Vitorino Nemésio (1901-1978), embora seja uma tarefa hercúlea elencar todos os intervenientes, seja qual a área de estudos a ser tratado.

Para conhecer a organização editorial de *O Instituto*, refiram-se as quatro séries distintas com o mesmo ornato e missão originais que nele se sucederam: 1.ª série: vol. I (1852)-vol. XVI (1873); 2.ª série: vol. XVII (1873)-vol. XXXIX (1891/1892); 3.ª série: vol. XL (1892)-vol. LXXI (1924); 4.ª série: vol. LXXII (1925)-vols. CXL/CXLI (1981), cujo último volume teve a direcção de Rui Braga Carrington da Costa (1932-1994), após o qual cessaria definitivamente as suas funções, ainda que estivesse prevista a edição de outros dois volumes, os quais, por vicissitudes várias, não foram divulgados. Para uma melhor comodidade do leitor e auxílio ao investigador, na senda de preservar *viva* a memória d'*O Instituto*, é possível consultar integralmente todos os 141 volumes digitalizados numa plataforma electrónica, servindo de sustentáculo documental a trabalhos de doutoramento e linhas de investigação presentemente em decurso.

Bibliografia: «O papel das academias no desenvolvimento da ciência em Portugal: o caso do Instituto de Coimbra», *Congresso Luso-Brasileiro de História das Ciências. Livro de Actas*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, pp. 1274-1286; *Instituto de Coimbra. O Percurso de uma Academia*, Projecto Instituto de Coimbra/Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, [versão policopiada], Coimbra, 2012, pp. 202-215; *Sócios do Instituto de Coimbra (1852-1978)*, Projecto Instituto de Coimbra/Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. «O Instituto», *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. XIII, Editorial Enciclopédia, Lisboa, [s. d.], p. 894; FERREIRA, Lúcia Rodrigues – «O Instituto de Coimbra e a Universidade», *Revista Rua Larga*, n.º 32, Universidade de

DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

Coimbra, Maio 2011, p. 17-19; LEONARDO, António José – *O Instituto de Coimbra e a evolução da Física e da Química em Portugal de 1852 a 1952*, tese de doutoramento em História e Ensino da Física, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, [versão policopiada], Coimbra, 2011; *O Instituto, Revista científica e literária: Índices ideográfico e onomástico (Volumes 1.º a 90.º)*, prefácio de J. Pinto Loureiro, Tipografia Popular, Figueira da Foz, 1937; *O Instituto, Revista científica e literária: índices ideográfico e onomástico (Volumes 91.º a 100.º)* [s. n.], Coimbra, 1949; *O Instituto. Revista Científica e Literária. Índices Ideográfico e Onomástico (Volumes 101.º a 141º)*, prefácio de António Leonardo, Décio Martins e Carlos Fiolhais, [s. n.], Coimbra, 2008; *O Instituto. Secção Oficial: legislação e documentos relativos á instrução pública*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1861; PEREIRA, Augusto Xavier da Silva, «O Instituto», *Diccionario Jornalístico Portuguez*, vol. IV[manuscrito ACL], Lisboa, f.ºs 1852-1856; PERICÃO, M.ª da Graça, «O Instituto», *Biblos. Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*, direcção de José Augusto Cardoso Bernardes [et al.], vol. II, Editorial Verbo, Lisboa, 1997, cols. 1196-1197; SARAIVA, Jorge António Lima – *Academismo, Ideologia e História. O Instituto de Coimbra (1910-1945)*, dissertação de mestrado, FLUC [versão policopiada], Coimbra, 1993; SILVA, Inocêncio Francisco da, «O Instituto», *Diccionario Bibliographico Portuguez*, vol. III, Imprensa Nacional, 1859, p. 227; vol. X, 1883, p. 88; TENGARRINHA, José, *Nova História da Imprensa Portuguesa. Das origens a 1865*, Temas & Debates/Círculo de Leitores, Lisboa, 2013, pp. 811, 836, 881.

(Ref. Electrónica: [O Instituto, jornal científico e litterario](#))

Eurico Gomes Dias



APOIOS:

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia

BNP
BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

FUNDAÇÃO
LUSO-AMERICANA